

PODER / Até aliados do governo pressionam pela saída do titular da Educação, Milton Ribeiro, que revelou dar atendimento preferencial a pastores na liberação de verbas para prefeituras. Ele e Bolsonaro são alvo de ações de parlamentares

Centrão se junta à ofensiva contra ministro

» TAÍSA MEDEIROS
» MICHELLE PORTELA

As denúncias de um gabinete paralelo de pastores com atuação no Ministério da Educação fizeram o titular da pasta, Milton Ribeiro, e o presidente Jair Bolsonaro (PL) virarem alvo de pedidos de investigação, protocolados por parlamentares, no Supremo Tribunal Federal (STF), na Procuradoria-Geral da República (PGR) e no Tribunal de Contas da União (TCU). Até mesmo o Centrão pressiona pela saída do ministro.

As ofensivas foram deflagradas após a divulgação de um áudio no qual Ribeiro revela que, por ordem de Bolsonaro, dá atendimento preferencial a pastores na liberação de verbas para prefeituras. Nesse gabinete paralelo, os líderes evangélicos Gilmar Silva dos Santos e Arilton Moura intermediavam diretamente com o ministro a destinação de recursos. Os dois religiosos não têm vínculo com a pasta nem com o setor da Educação.

"Foi um pedido especial que o presidente da República fez para mim sobre a questão do (pastor) Gilmar (Santos)", afirmou Ribeiro, que é pastor evangélico, em reunião com dirigentes municipais dentro do ministério. "A minha prioridade é atender, primeiro, os municípios que mais precisam e, em segundo, atender a todos os que são amigos do pastor Gilmar", acrescentou. O áudio foi divulgado pela *Folha de S. Paulo*. Na semana passada, o *Estadão* já havia revelado a existência do gabinete paralelo de pastores com atuação no MEC.

No Congresso, até mesmo aliados do governo pedem a apuração do caso e cobram a saída de Ribeiro. O PL, o Republicanos e o PP, partidos do Centrão, estão de olho na vaga. A eleição agora, às vésperas das eleições, é que o ministro seja substituído por um político evangélico ligado ao grupo.

O deputado Sôstenes Cavalcante (PL-RJ), presidente da Frente Parlamentar Evangélica, afirmou que Ribeiro não

chegou ao governo pelas mãos dos evangélicos. O parlamentar demonstrou irritação com o gabinete paralelo comandado por pastores e disse que eles não têm ligação com os deputados do seguimento. "Quais pastores? Aqueles dois pastores Zé Ruela? Não conheço, nunca vi, só o ministro pode explicar", afirmou.

Ontem, parlamentares acionaram órgãos de controle. O senador Fabiano Contarato (PT-ES) apresentou notícia-crime no STF pedindo a investigação de Ribeiro por eventual "crime de advocacia administrativa". Já o senador Alessandro Vieira (PSDB-SE), os deputados Tabata Amaral (PSB-SP) e Felipe Rigoni (União Brasil-ES) e o secretário municipal de Educação do Rio de Janeiro, Renan Ferreirinha (PSD-RJ), entraram com representação na Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ministro por improbabilidade administrativa. "Não podemos tratar a corrupção e o tráfico de influência com normalidade", escreveu Vieira no Twitter.

A bancada do PSol na Câmara protocolou uma representação no TCU e no Ministério Público Federal (MPF) contra Bolsonaro, Ribeiro e os dois líderes evangélicos.

CPMI

O presidente da Frente Parlamentar Mista pela Educação, deputado Professor Israel Batista (PV-DF), protocolou requerimento para a criação de uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) destinada a investigar crimes comuns, de responsabilidade e de improbidade administrativa na liberação de verbas pelo MEC.

O objetivo é investigar eventual ocorrência dos crimes de tráfico de influência, emprego irregular de verbas públicas, advocacia administrativa, corrupção ativa e passiva, usurpação de função pública e crimes de responsabilidade.

Ribeiro também é alvo de requerimentos para que preste esclarecimentos na Câmara. (Com Agência Estado)

hac/Méregu/PR



Milton Ribeiro disse que os recursos não são usados para favorecer grupos específicos

Ribeiro nega favorecimento

O ministro da Educação, Milton Ribeiro, negou, ontem, que o presidente Jair Bolsonaro tenha pedido atendimento preferencial a pastores na liberação de recursos para municípios.

Em nota, Ribeiro disse que, desde fevereiro de 2021, foram atendidos, in loco, 1.837 municípios em todas as regiões do país, em reuniões " eminentemente técnicas" organizadas por parlamentares e gestores locais, registradas na agenda pública da pasta. "Registro, ainda, que o presidente da República não pediu atendimento preferencial a ninguém. Solicitou apenas que pudesse receber todos que nos procurassem, inclusive as pessoas citadas na reportagem", acrescentou.

O titular da Educação negou qualquer irregularidade e disse

que o fato de ser evangélico não influencia no modo como comanda a pasta. "Independentemente de minha formação religiosa, que é de conhecimento de todos, reafirmo meu compromisso com a laicidade do Estado, compromisso esse firmado por ocasião do meu discurso de posse à frente do Ministério da Educação", acrescentou.

De acordo com Ribeiro, a liberação das verbas precisa atender a critérios. Ele disse que os recursos não são usados para favorecer grupos específicos. "Diferentemente do que foi veiculado, a alocação de recursos federais ocorre seguindo a legislação orçamentária, bem como os critérios técnicos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FN-DE)", declarou.



Registro, ainda, que o presidente da República não pediu atendimento preferencial a ninguém. Solicitou apenas que pudesse receber todos que nos procurassem"

Trecho da nota do ministro Milton Ribeiro

Pacheco e Lira reagem

Diante da denúncia envolvendo o Ministério da Educação, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que não pode haver dúvidas sobre o trabalho do ministro Milton Ribeiro. O deputado frisou, contudo, não ter ouvido o áudio em que o titular da pasta disse atender às demandas do grupo de religiosos a pedido do presidente Jair Bolsonaro (PL).

"Eu não sei em que quadrante, em que situação ele falou isso. Ele é que tem que se explicar com relação a isso. Não pode haver dúvidas com relação à seriedade tanto do trabalho do ministro quanto do ministério", destacou Lira. "Eu já soube que houve pedidos de posicionamento, inclusive por parte da bancada evangélica. Vamos esperar com serenidade para ver o que acontecer", acrescentou.

Na mesma linha, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ressaltou que o caso tem de ser explicado. "Precisa ser esclarecido, demonstrar, eventualmente, que não há qualquer tipo de favorecimento", comentou.

Prefeitos

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) reagiu, em nota, às denúncias. A entidade classificou a movimentação no MEC como "lamentável" e afirmou que o país não pode "silenciar". "Prefeitos e prefeitos afirmam que o Brasil não pode silenciar diante de uma situação tão injusta do uso do dinheiro público", diz o comunicado.

Prefeitos criticam a prioridade dada pelo MEC a alguns municípios em detrimento de outros, conforme a escolha dos líderes religiosos. "A Constituição Federal garante o Estado laico, e a distribuição de recursos para a educação deve atender critérios técnicos para diminuir iniquidades e injustiças existentes no país", enfatiza.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Pagina: 2